

Economia Solidária como Política Pública de Desenvolvimento Econômico e Social

Proposta UNISOL BRASIL

Introdução:

Considerando que estas diretrizes estratégicas surgem dos encontros setoriais da UNISOL BRASIL, de propostas e vivências dos empreendimentos econômicos solidários filiados a UNISOL BRASIL e das discussões estratégicas que a UNISOL BRASIL participa pelo país com outras instituições, poderes públicos e empreendimentos.

São diretrizes que devem estar em constante debate e evolução, debatendo-as e adequando cada vez mais às realidades cotidianas e estratégicas dos empreendimentos de economia solidária representados pela nossa central UNISOL BRASIL.

São pautas para serem apresentadas aos poderes legislativos, executivos e judiciários em todas as instâncias federativas. Pretendemos com isso conquistar apoio e criar um movimento em torno do fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários com foco da geração de postos de trabalho com conseqüente distribuição de renda nas mais diversas realidades sociais e econômicas de nossa sociedade. Podemos citar as experiências dos catadores organizados em cooperativas e associações, artesãos, costureiras, empresas recuperadas por trabalhadores através de cooperativas autogestionárias, agricultores familiares em suas iniciativas coletivas de acesso a assistência técnica, crédito e mercado, dentre outras.

Aproveitamos para salientar ainda nosso total repúdio a criação de sindicatos e centrais sindicais patronais de cooperativas. Medida que foi tomada recentemente pelo Ministério do Trabalho e Emprego aprovando a criação da CNCoop, Confederação Nacional de Cooperativas.

Diante desse cenário, a UNISOL BRASIL elaborou estas diretrizes para contribuir com o debate do fortalecimento da economia solidária brasileira:

1. Marco Jurídico:

- 1.1. **Lei Geral da Economia Solidária**, que visa definir, apoiar e incentivar as diversas iniciativas, sustentáveis sob todos os aspectos, voltadas ao desenvolvimento da Economia Solidária. As propostas estão em debate no âmbito da SENAES – Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – Governo Lula. Logo serão enviadas ao Congresso Nacional, visando à aprovação da lei federal sobre o tema. O Projeto define a Economia Solidária como “toda forma de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição, o consumo, o

crédito e o investimento, que tenha por base os princípios da autogestão, cooperação e solidariedade, visando à gestão democrática, a distribuição eqüitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local integrado e sustentável, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.” A proposta contém, ainda, a) princípios e características dos EES (Empreendimentos de Economia Solidária); b) institui a Política Nacional de ES, com seus objetivos e eixos de ações; c) prevê educação, formação, assistência técnica e qualificação, acesso a serviços de finanças e de crédito, fomento à comercialização, ao Comércio Justo e Solidário e ao consumo responsável, fomento à produção solidária, a recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e transferência de tecnologias; d) cria o Sistema Nacional de ES e o Conselho Nacional de ES; e) assegura a realização da Conferência Nacional de ES; e f) garante formas de financiamento da política pública de ES, geridas por um Conselho Gestor.

- 1.2. **Lei Geral do Cooperativismo**, que busca substituir a lei atual (5764/71) por algo mais moderno e eficaz, que não apenas discipline o funcionamento societário das cooperativas, mas também crie os mecanismos adequados de apoio e incentivo ao cooperativismo vigoroso e plenamente sustentável. Cumpre destacar o Projeto em debate no Senado, PLS 03/07, o qual, no final de 2010, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e em seguida encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos.
- 1.3. **Leis tributárias em matéria cooperativista**, que visam dar o tratamento tributário adequado às cooperativas e seus atos cooperativos, de maneira justa e equilibrada, e nova abordagem ao “ato cooperativo”. Debate-se a aprovação de uma lei complementar (mais sucinta, a fixar os contornos gerais) e uma lei ordinária, mais detalhada, que levará em conta as peculiaridades de cada qual dos ramos. Os projetos encontram-se na Câmara dos Deputados.
- 1.4. Juntamente como debate dos atos cooperativos e suas tributações, existe uma proposta para se assegurar às cooperativas de pequeno porte o mesmo tratamento conferido às empresas de pequeno porte pelo **SuperSimples** (Lei Complementar n. 123/2006), com tributação mais equilibrada e simplificada.
- 1.5. **Cooperativas de Trabalho** (divididas em cooperativas de produção ou de serviços): O Projeto de Lei já está aprovado na Câmara (PL 7009 apenso ao PL 4622) e no Senado (PL 131/2008), retornou novamente à Câmara, onde aguarda a última votação no Plenário. É importante a sua aprovação já que o texto é fruto de amplo debate havido junto ao movimento da Economia Solidária e outros setores

do cooperativismo, além de diversos outros interessados (como juízes trabalhistas, procuradores, promotores, fiscais do trabalho, sindicatos, dentre outros).

- 1.6. **Cooperativas Sociais**, que aguardam a regulamentação, por decreto presidencial, da lei em vigor (n. 9867/99), muito genérica e superficial. O objetivo é propiciar condições especiais de apoio e incentivo às cooperativas que reúnem pessoas em condições de desvantagem social, econômica, pessoal.
- 1.7. **Arrendamento de Ativos de empresa em crise**, sem sucessão de dívidas: trata-se do Projeto de Lei n. 421/2003, já aprovado na Câmara dos Deputados. No Senado, recebeu o número PLC 41/2009. Afasta a sucessão de dívidas trabalhistas quando houver o arrendamento ou comodato dos ativos da empresa, mediante assistência sindical. A proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara alterou o texto original para prever modificação na Lei de Recuperação e Falência (Lei 11.101/2005). O projeto encontra-se no Senado, sob a relatoria do Senador Gilberto Goellner na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.
- 1.8. Apoiar a tramitação e aprovação no Congresso Nacional do **Estatuto das Cooperativas do Mercosul** aos moldes que os demais governos do Mercosul vem fazendo. Lei já aprovada no parlamento do Mercosul em início de 2010.

2. Políticas Públicas de Economia Solidária:

- 2.1. Constituir o Sistema Público de Economia Solidária, que busca ampliar e organizar as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia solidária e possibilitar que estas interajam com os diferentes órgãos de governos (Federal, estadual, distrital e municipal) e sistemas públicos emprego trabalho e renda. Tornando-se fundamental a aprovação da legislação que regulamente o Sistema Público de Economia Solidária. Tal medida permitirá o reconhecimento de novos direitos das organizações econômicas que tenham por base o trabalho associado, a propriedade coletiva, a cooperação, a sustentabilidade e a solidariedade.

3. Finança Solidária

3.1. Fundo Nacional de Apoio a Economia Solidária (FNAES)

- Criação do FNAES com recursos provenientes do FAT, fundo social do BNDES, aportes privados (investidores sociais). Tem como finalidade a centralização e o gerenciamento de recursos públicos para os programas estruturados no âmbito do Sistema Público de Economia Solidária capaz de

atender as demandas dos empreendedores solidários tais como acesso a crédito, a educação, a ciência e tecnologia, ao mercado e a infra-estrutura necessária para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos.

- Constituição de instrumentos específicos de apoio financeiro aos empreendimentos econômicos solidários (EES). São esses:
 - criação de um fundo de investimento de risco para aporte em iniciativas empreendedoras coletivas de EES;
 - criar um fundo garantidor de crédito às iniciativas e projetos de EES e seu consequente acesso a linhas de financiamento do sistema financeiro;
 - apoiar o funcionamento de fundos rotativos de apoio a economia solidária e seus EES;
 - apoiar financeiramente iniciativas de OSCIP's de micro finanças e operadoras de microcrédito com recursos não reembolsáveis a fim de, a partir de sua capilaridade, propiciar um custo mais saudável desse tipo de crédito, aproximando-o das taxas bancárias desse tipo de linha/produto;
 - Ampliar o apoio e fomento e a criação de bancos comunitários e cooperativas de crédito, a partir do decreto que o Lula assinou em dezembro de 2010.

3.2. Reestruturação do Departamento de Economia Solidária (DESOL) do BNDES tornando-o mais operativo e próximo da realidade e dificuldades dos pequenos e micro empreendimentos da economia solidária. Estruturar um quadro técnico especializado em cooperativismo e economia solidária. Definir instrumentos e metodologias de análise dos EES coletivos complementares as análises já desenvolvidas pelos bancos e pelo próprio BNDES/DESOL, levando em consideração sua forma organizacional específica coletiva e autogestionária, suas questões jurídicas, tributárias e contábeis, suas questões e relações societárias e suas relações comunitárias e sociais.

3.3. Fortalecer o programa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil (BB) que leva a bancarização via BB às comunidades mais carentes onde se localizam boa parte dos EES.

- criar um programa intensivo de formação de técnicos bancários do BB para o entendimento do que é economia solidária e suas diversas formas organizativas econômicas bem como sua relação com as comunidades, estimulando a proliferação dos DRS;
- criar linhas de financiamento de projetos de EES apoiados pelos DRS com recursos do FAT e FNAES;
- aumentar o número de projetos DRS a partir das experiências comunitárias e dos EES envolvidos em outros programas do governo federal de apoio a economia solidária.

4. Assistência Técnica

- 4.1. Fomentar modelos de assistência técnica direcionada aos EES urbanos (equivalente ao já existente ATER (Apoio a Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as EMATER's para cidades com mais de 50 mil habitantes. Visar à formação e fortalecimento de redes produtivas de EES. Fomentar, desenvolver e estimular os APLS (Arranjos Produtivos Locais Solidários), APL's com participação de cooperativas e associações de produtores e trabalhadores e redes territoriais de empreendimentos econômicos solidários.
- 4.2. Fortalecer as ATER's e EMATER a fim de ampliar o acesso ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) garantindo assistência técnica permanente a produção rural sustentável.

5. Formação

- 5.1. Apoiar a criação de cursos de extensão universitária nas universidades à formação de "Assistentes Técnicos Econômicos Solidários", onde se pode ter uma visão global de mercado, gestão e autogestão, planejamento estratégico, relações interpessoais, marketing, viabilidade econômica, finanças solidárias, cooperativismo, aspectos jurídicos dos EES.
- 5.2. Apoiar a criação de cursos superiores e de especialização com ênfase em cooperativismo e associativismo nas áreas de administração, economia, contabilidade, direito.
- 5.3. Fortalecimento de cursos superiores voltados a agroecologia.

6. Tecnologia

- 6.1. Apoiar a inovação tecnológica nos EES.
- 6.2. Apoiar o desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais na economia solidária e seus EES.
- 6.3. Apoiar a criação de APL's envolvendo EES estimulando a inovação dentro desses.

Como:

- Criar editais específicos na FINEP e demais órgãos de apoio ao desenvolvimento tecnológico produtivo às cooperativas;
- Possibilitar a participação de cooperativas em editais de subvenção econômica a inovações tecnológicas;
- Criar linhas específicas de pesquisa (bolsas para graduandos, pós graduandos, doutorandos e pós doutorandos) destinadas a pesquisas realizadas dentro dos EES e que estimulem a geração de novos postos de trabalho direta ou indiretamente a partir de modernização de processos e/ou inovação tecnológica;
- Criação e fortalecimento de centros tecnológicos setoriais que apoiem cooperativas e as ações da economia solidária. Exemplos são os centros de pesquisas apícolas, do caju e seus derivados, caprino-ovino, reaproveitamento de materiais – reciclagem, têxtil, confecção e moda, dentre outros que podem ser criados e/ou fortalecidos com participação de empreendimentos econômicos solidários.

7. Comercialização

- 7.1. Criar programas públicos de apoio aos EES para certificações dentro do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), com destaque a certificação para o Comércio Justo (“Fair Trade”) e para a produção e comercialização de produtos orgânicos.
- 7.2. Constituir o Sistema Nacional de Comércio Justo que busca criar uma identidade nacional na comercialização e uniformizar os princípios e critérios do Comércio Justo e Solidário brasileiro.
- 7.3. Fortalecer os SECAFES (Sistema Estadual de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária) dentro da Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do MDA/SDT.
- 7.4. Estimular a criação de redes entre EES dentro de cadeias produtivas.
- 7.5. Criação de espaços de comercialização dos agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos da economia solidária no CEASA-MG e CEAGESP (2 entrepostos do governo federal). Apoio a criação de espaços equivalentes a esses nos entrepostos (CEASA's) estaduais públicos ou privados.
- 7.6. Fortalecimento e ampliação do PAA e PNAE.

- 7.7. Incentivar as redes varejistas e atacadistas a comprar produtos da economia solidária, criando condicionantes de acesso a crédito no BNDES e outros bancos públicos de fomento.
- 7.8. Fomentar redes de assistência técnica nos municípios para implementar o acesso ao PNAE.
- 7.9. Criação de uma linha específica para os EES na APEX.

8. Internacionalização

- 8.1. Fortalecer a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na relação de difusão e apoio a criação de políticas públicas sociais, de geração de trabalho e renda, de economia solidária e combate a pobreza nos países do Mercosul, América Latina e África.
- 8.2. Valorizar a participação brasileira no Mercosul através da Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM) e da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF).
- 8.3. Valorizar a participação brasileira estatal e da sociedade civil (UNICAFES e UNISOL Brasil) no termo de cooperação internacional entre o governo brasileiro e 5 regiões italianas (Marche, Umbria, Toscana, Emilia Romana, Liguria) chamado "Brasil Próximo".
- 8.4. Criar incentivos fiscais e alfandegários entre as relações comerciais dos EES's no Mercosul.

9. Copa do Mundo 2014 / Olimpíadas 2016 / Paraolimpíadas 2016

- 9.1. Criar um processo de certificação aos EES no turismo, cultura e artesanato voltado à participação econômica desses nos três grandes eventos esportivos no Brasil nos próximos anos. Levar em consideração aspectos sociais de distribuição de renda e combate a miséria para definir o processo de certificação dos EES:
 - Não uso do trabalho infantil;
 - Não uso do trabalho escravo;
 - Formalidade do trabalho;
 - Combate a miséria;
 - Distribuição de renda a partir de iniciativas coletivas e autogestionárias;
 - Compromisso com alfabetização e elevação da escolaridade;

- Articulação, relação, com a comunidade onde se localiza o EES.

10. Empresas Recuperadas por Trabalhadores:

- 10.1. Definir uma política de apoio a recuperação de empresas falidas por cooperativas de trabalhadores.
- 10.2. Operacionalizar o Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestivos (PACEA) do BNDES/DESOL criando ferramentas de monitoramento constante da operação com as cooperativas, assistência técnica adequada, investimentos em cooperativas através do BNDESPAR, fundo garantidor com recursos do fundo social para suportar a garantia da referida operação, análise complementar das cooperativas com metodologia específica (conforme item 2.2 acima).
- 10.3. Criar um programa de formação a cooperados e profissionais relacionados ao tema, para fortalecer o aspecto participativo deste dentro de sua cooperativa valorizando o aspecto coletivo e societário específico.

11. Criar o PRONAFES – Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento Urbano da Economia Solidária, para os centros urbanos baseado no PRONAF

Direção Executiva da UNISOL Brasil